

Jornal do Brasil - Rio - Entre o Pan e a Olimpíada: o que fica para a cidade do Rio de Janeiro?

Fernanda Távora

+A -A Imprimir

Após a Copa, a Olimpíada de 2016 do Rio de Janeiro é um dos eventos mais aguardados do país. Os olhos se voltam para a cidade carioca e para as obras de infraestrutura em toda a cidade, a dois anos do início dos jogos. Apesar da afirmação de que o cronograma é respeitado, somente em julho as obras do Complexo de Deodoro foram iniciadas. Ao todo, serão quatro regiões que vão receber o evento - Deodoro, Maracanã, Barra da Tijuca e Flamengo/Copacabana.

No Brasil, a estimativa dos custos para a Olimpíada, apresentada no dossiê da candidatura do Rio de Janeiro para o evento, era de R\$28,8 bilhões (R\$ 7,5 bilhões a mais do que custou Atenas em 2004). No entanto, a terceira e última parte do orçamento para a realização dos Jogos Olímpicos, apresentada em abril deste ano, prevê agora um gasto de R\$ 36,7 bilhões.

A Matriz de Responsabilidade apresentada em janeiro deste ano, documento que lista todos os investimentos para a realização dos jogos, mostrava um gasto de R\$ 5,64 bilhões. Atualizada em julho, a Matriz mostrou um aumento de R\$ 6,5 bilhões. Segundo a assessoria da Empresa Olímpica, “nessa atualização, os investimentos privados continuam contribuindo majoritariamente para o financiamento dos projetos, com o valor de R\$ 4,2 bilhões (65%), sendo o restante proveniente do setor público”.

Com 11 modalidades esportivas e quatro paraolímpicas, o local ainda vai ganhar três instalações permanentes, três provisórias e vai adaptar o Centro Nacional de Tiro, a piscina do Pentatlo moderno, o Centro Nacional de Hipismo e o Centro de Hóquei Sobre Grama, heranças do Panamericano de 2007 e dos Jogos Mundiais Militares de 2011.

Na Barra da Tijuca, considerada o “coração dos jogos olímpicos”, que vai abrigar 16 modalidades olímpicas e 10 paraolímpicas, a previsão de conclusão das obras está entre 2015 e 2016. No entanto, uma delas está parada pois apresenta irregularidades, o Campo de Golfe Olímpico teve a licença ambiental cassada pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro nesta sexta-feira(15).



Quando se fala em evento esportivo no Rio de Janeiro e no legado que pode ser deixado para a cidade, a primeira coisa que se vem a cabeça são os Jogos Panamericanos, que aconteceram na cidade no ano de 2007. Desse evento, pouca coisa sobrou. Boa parte da infraestrutura ou não recebeu a manutenção necessária ou não atende as necessidades específicas para os Jogos Olímpicos.

Tanto o estádio do Engenhão, quanto o Parque Aquático Maria Lenk, ambos construídos para o pan, serão reformados para as competições de 2016. No entanto, ambos passaram por problemas com a manutenção. O Parque Aquático amargou anos de abandono antes de fazer parte do projeto para as Olimpíadas. Com um custo de construção de R\$85 milhões para o Pan, as reformas no Maria Lenk se concentram na piscina aquecida, que por problemas no terreno ganhou uma rachadura.

Além disso, duas novas piscinas serão construídas e reformas estruturais nas salas de atendimento e treinamento. Durante o Pan, o Parque Aquático abrigava três modalidades: natação, salto ornamental e nado sincronizado. Agora, para as Olimpíadas, passa a abrigar apenas o pólo aquático.

Já o Engenhão está fechado desde março de 2013, por problemas nas estruturas de sustentação da cobertura. Após estudo da empresa alemã Schlaich Bergerman und Partner (SBP), o estádio foi fechado às

pressas. Uma das principais obras para o panamericano, o Engenhão saiu pelo custo de R\$ 380 milhões.

Segundo a assessoria da Secretaria Municipal de Obras, as obras de escoramento das 34 torres do Engenhão já estão concluídas. No entanto, as reformas para as Olimpíadas só tem previsão de início para janeiro de 2015, onde a capacidade do estádio de 45 mil para 60 mil lugares, será ampliada.



Fechado em 2013, obras no Engenhao começam em 2015

Dos legados do Pan, o Velódromo construído para o evento é um dos mais polêmicos. Toda a estrutura que custou R\$ 14 milhões, foi derrubado e um outro foi construído no terreno ao lado. Na época, após os jogos de 2007, a gestão do Velódromo foi cedida a Federação de ciclistas do Estado do Rio de Janeiro (Fecierj), em 2009, para logo em 2013 ser retirado e demolido, deixando de atender mais de 200 atletas.

Segundo Cláudio Santos, presidente da Fecierj, os ciclistas não tem qualquer tipo de centro de treinamento na cidade, ao passo que, para as Olimpíadas está sendo exigido que os atletas façam treinamentos de alto rendimento. "Desenvolvemos seis projetos e isso acabou por causa da falta de acesso ao velódromo. Tínhamos escolinhas de ciclismo de pista com 63 crianças, quatro eventos nacionais e vários eventos estaduais, treinamentos de alto rendimento. Eram vários projetos, inclusive uma equipe de ciclismo de pista de alto rendimento considerada a melhor do país. Conseguimos habitar o velódromo com ações diversas e com o investimento da federação, mas tiraram da gente a única coisa que eles deram: o velódromo", lamenta Cláudio, que entrou com uma ação no ministério público federal contra a cidade do Rio de Janeiro.

Legado

O impacto desses eventos pode ser visto em várias regiões da cidade. A expectativa cresce a cada dia mais, ainda mais com a proximidade dos jogos, daqui a dois anos. No entanto, para Marcelo Weisaupt, professor de Marketing Esportivo da Universidade de Campinas (Unicamp) e autor do livro "Jogos Olímpicos: Impactos econômicos de megaeventos esportivos", os resultados ficam muito aquém do que significavam antes do evento acontecer. "Antes, as previsões são, geralmente, muito otimistas. Alguns

segmentos sociais e econômicos são beneficiados e outros não são. No caso do Rio de Janeiro, os eventos favorecem o turismo e as empresas de construção civil”.

Marcelo questiona ainda a falta de planejamento anterior ao evento e, como consequência disso, a questão de quem vai acabar ficando com o custo de manutenção das estruturas construídas para os jogos. “O ideal é que essa infraestrutura seja transformada num espaço público que a comunidade possa usufruir ou transforma essa infraestrutura em centros de excelência ou cede isso pra iniciativa privada. O grande problema é quando você gasta recursos públicos para manter tudo isso”.

Já para Orlando dos Santos Júnior, professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ippur – UFRJ), a ideia de legado vai além da construção de infraestrutura para receber os jogos. Segundo ele, a própria ideia de legado deve ser desconstruída. “o que significa legado? Por que toda essa discussão? Ao meu ver essa discussão busca legitimar esse projeto de cidade que está sendo imposto, o problema não é o que vai ficar de legado, a questão é que cidade é essa? Que projeto de cidade é esse e o que está por trás desses investimentos?”

Orlando questiona ainda a falta de transparência quando se fala sobre os investimentos privados nesses eventos e os canais de participação, praticamente nulos, do governo com a população da cidade, resultando num projeto de cidade marcado pela desigualdade. “Nesse quadro a ideia de legado busca legitimar um padrão de desigualdade e de supressão de direitos, a elitização de algumas áreas e um padrão de exceção do estado. Se toda essa preparação vai deixar algum legado é uma questão secundária”, afirma o professor. “Ao meu ver, deveríamos contrapor essa ideia questionando se esse projeto de cidade está, efetivamente democratizando ao acesso da população aos benefícios”, conclui.

** Do programa de estágio do JB*